BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA

MINJUSDH
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 13 | JUNHO DE 2019

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos lança desafio a universidades angolanas

Secretaria de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, lançou o desafio da criação de uma comissão nacional inter-universitária, para organização de Tribunais Simulados de Angola, em matéria de Direitos Humanos, com a participação de estudantes de todas as Faculdades de Direito do país. A Secretária de Estado teceu estas considerações no encerramento do concurso de Tribunal Simulado das Universidades Metodista e Católica de Angola, que decorreu de 24 a 27 de Maio

Décimo Aniversário do LEGIS-PALOP

A plataforma Legispalop celebra no dia 15 de Julho de 2019 o seu décimo aniversário. Legis-PALOP+TL é a Base de Dados jurídica oficial, que contém Legislação, Jurisprudência e Doutrina de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A MENSAGEM DO MINISTRO

TÍTULO DA MENSAGEM

Francisco Queiroz
Ministro da Justiça
e dos Direitos Humanos

Nos últimos dias, as atenções, no que aos serviços de justiça diz respeito, têm estado quase que totalmente viradas para a campanha nacional de emissão de Bilhetes de Identidade para crianças dos 6 aos 17 anos. Iniciada de forma tímida nalguns provincias, devido, essencialmente, as festas promovidas nas escolas no primeiro dia de actividade, coincidente com o Dia da Criança, a campanha teve nesta semana uma maior safra. Um incentivo e ânimo para os envolvido nesta grande acção, aos quais endereçamos o nosso encorajamento.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Direcção:
Francisco Queiroz

Edição:
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII)

Fotografia:
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII)

Design:
Marco Rohrbacher

NESTA EDIÇÃO

Direitos Humanos
Tribunal Simulado.....Pág 3
Formação em Fluxos Migratórios.....Pág 4

Legis-Palop
Décimo Aniversário do LEGIS-PALOP..... Pág 5

Breves
Cofre Geral de Justiça ..... Pág 6
Formação em Registo Civil..... Pág 6
Registo nas comunidades.... .....Pág 7

Notas de Condolências
Notas de Condolências .....Pág 8

Combate a Corrupção
Curso sobre Combate à Corrupção Pública.....Pág 9
Denuncie .....Pág 9

Direitos Humanos

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos apoiou a realização dos Tribunais Simulados de Direitos Humanos da Universidade Católica de Angola (UCAN) e da Universidade Metodista de Angola (UMA).

Tribunais Simulados em matéria de Direitos Humanos

A Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, presidiu a cerimónia de encerramento do Tribunal Simulado da UMA, no dia 24 de Maio, e da abertura da actividade da UCAN, no dia 27 do mesmo mês.

A competição em julgamentos simulado foi criada como uma forma de instruir juristas no uso do sistema legal de Direitos Humanos, como um meio legítimo para a reparação de violações nessa matéria. A competição requer que os estudantes discutam sobre o mérito das questões ou caso hipotético apresentado, questões de facto, de direito de justiça e equidade, aplicando as normas de Angola, do sistema africano e mundial.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem como uma das suas prioridades a inclusão dos Direitos Humanos no sistema de ensino a todos os níveis.

Esta meta, estabelecida na Estratégia Nacional para os Direitos Humanos (2019-2022), está também alinhada ao Plano de Desenvolvimento Nacional, especificamente a parte relativa a uma Justiça ao Serviço dos Direitos Humanos.

Na sua intervenção, a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, lançou o desafio de criar uma Comissão Nacional Inter-Universitária para Organização dos Tribunais Simulados em Angola em matéria de Direitos Humanos, com participação de estudantes de todas as Faculdades de Direito de Angola e uma avaliação, graduação da pontuação de cada grupo. Esta Comissão poderia ajudar a melhorar a interligação entre os docentes e discentes das faculdades de Direito e melhorar a prestação das Universidades Angolanas ao nível do Tribunal Simulado Africano e Mundial.

As referidas actividades foram realizadas no âmbito dos Protocolos de Cooperação entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e oito instituições de Ensino Superior angolanas, entre elas a Universidade Católica de Angola.

Direitos Humanos

A Direcção Nacional dos Diretos Humanos participou na formação de oficiais em matéria de fluxos migratórios do Ministério do Interior, com o tema "Combate ao Tráfico de Seres Humanos em Angola

Formação em Fluxos Migratórios do Ministério do Interior

A capacitação teve lugar de 4 a 6 de Junho, na província do Bengo, com o apoio técnico da Agência das Nações Unidas para Migrações (OIM) e apoio financeiro dos Estados Unidos da América. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos é o coordenador da Comissão Interministerial de Combate ao Trafico de Seres Humanos.

Na sua intervenção, o representante da Direcção Nacional dos Direitos Humanos fez uma abordagem abrangente, na qual definiu o que é o fenómeno do Tráfico de Pessoas e quem são as vítimas deste crime, assim como um enquadramento jurídico no âmbito nacional e internacional, com destaque para a Constituição da República de Angola, a Lei nº 3/14 de 10 de Fevereiro, contra o branqueamento de capitais, tráfico de seres humanos e a escravidão**,** o Novo Código Penal e as Convenções Internacionais.

Finalizou como apresentação das principais acções da Comissão Interministerial de Combate ao Tráfico de Seres Humanos em 4 âmbitos: prevenção, persecução, protecção e parcerias, ressaltando que Angola aderiu a Campanha Coração Azul em Julho de 2018 e recentemente a Base de Dados de Tráfico da SADC, o que posiciona Angola a nível internacional no combate contra este crime global.

O objectivo da capacitação foi formar formadores (oficiais do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), da Polícia Nacional, do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e da Protecção Civil e Bombeiros, na identificação e encaminhamento de migrantes vulneráveis em fluxos migratórios mistos. Entende-se por fluxos migratórios mistos aqueles casos em que migrantes, refugiados, requerentes de asilo, apátridas utilizam as mesmas rotas e procedimentos para entrarem no país.

Para além de tema ministrado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, na agenda da formação destacaram-se módulos preparados pelo SME, OIM, ACNUR e UNICEF.

LEGIS-PALOP UTO-G

Décimo Aniversário do LEGIS-PALOP

LEGIS-PALOP completa dez anos de existência

O LEGIS PALOP começou a ser desenhado em 2003 e estava sedeado no Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), na responsabilidade da Diretora.

Foi construída por um consórcio entre a empresa Angolana Barent e a portuguesa Escorferi, no âmbito do projecto Peri Palop.

No dia 15 de Julho de 2010, foi feito o lançamento da plataforma em simultâneo nos outros Países de Lingua Oficial Portuguesa. Angola esteve representada pela ministra da Justiça naquela altura, Guilhermina Prata.

Esta plataforma, segundo o seu coordenador, Idelbrando Pinto, permite que qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, possa aceder, caso queira, ter contacto com uma nova lei, para investigação e trabalho. A mesma vem dar aquilo que chamamos o directo de cidadania.

A abrangência de tantos países faz desta plataforma única. A nível de África ou mesmo da CPLP, não existe uma igual, que permite o acesso com tanta informação a qualquer cidadão desses países. A plataforma contempla o que chamamos de Tesouro Jurídico, que permite um estudo comparado e uma partilha de informação entre os vários países que fazem parte dela.

Foi aí que nasceram as Unidades Técnicas Operacional de Gestão jurídica, onde o trabalho era dividido por três unidades: a Imprensa Nacional, a Ordem dos Advogados e o Ministério da Justiça, ao qual cabia somente a actualização e monitorização da plataforma.

Anteriormente, a Imprensa Nacional tinha a responsabilidade de, tão logo fosse imprenso um novo Diário da República, disponibilizar o diploma na plataforma e o pessoal da Ordem dos Advogados fazer a sua classificação.

O Legis Palop rubricou protocolos, a nível internacional, com a China e, a nível nacional, com instituições de ensino, bancárias, seguros, câmaras de comércio e algumas associações empresariais e as actualizações que são feitas têm em conta as necessidades que estas instituições têm em consultar as legislações. Estes subscritores, quando acedem à plataforma, querem encontrar informações actualizada com a inserção dos conteúdos do Diário da República e a jurisprudência.

A Presidência do Legis Palop é rotativa, no período de 2 anos, e neste momento está a cargo de Moçambique.

Mas o aniversário será comemorado em Lisboa, no dia 15 de Julho, excepcionalmente, devido os últimos acontecimentos que Moçambique sofreu.

Portugal faz parte da unidade regional da CPLP, que é coordenado pelos responsáveis dos legis palop

BREVES

COFRE GERAL DE JUSTIÇA ARRECADA AKZ 499.623.510,45

NO MÊS DE ABRIL DE 2019

O Cofre Geral de Justiça (CGJ) arrecadou no período referente ao mês de Abril do corrente ano, receitas na ordem dos AKZ 499.623.510,45.

As referidas receitas resultaram das prestações dos serviços da Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal (DNAICC) e dos Serviços da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado.

No mês de Março passado, as receitas financeiras arrecadas cifraram-se na ordem dos 976.782.517,60.

NO HUAMBO

Técnicos do BUE formados em matéria de Registo Civil e Comercial

No âmbito da circular conjunta da Direcção Nacional dos Registos e Notariados e da Coordenação Nacional do Balcão Único do Empreendedor Nº 01/DNRN/CNBUE/MJDH/2019, os técnicos do BUEs, da província do Huambo, beneficiaram de uma formação em matéria de Registo Civil e Comercial, para facilitar os cidadãos na aquisição dos documentos, evitando que andem longas distâncias.

GABERONE

Angolanos participam em curso sobre corrupção com a parceria do FBI

Realizou-se, de 20 a 24 de Maio de 2019, na Academia Internacional de Aplicação da Lei, em Gaborone, Botswana, um curso sobre Combate à Corrupção Pública, em coordenação com o Bureau Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI). Participaram na formação, funcionários seniores dos Governos da Zâmbia, Tanzânia, Seychelles, Botswana, Moçambique, Brasil e Angola, representada por Joana Carianga, Chefe de Departamento do Gabinete de Inspecção, e Sebastião Rocha, Consultor do Gabinete do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos para Ética e Moralização.

BREVES

Delegação de Benguela

Registos nas Comunidades

Naquilo que é o trabalho delineado pelas delegações, técnicos da Província de Benguela, desde o mês de Março, têm-se deslocado nas comunidades para tornar os serviços mais próximo ao cidadão.

Assim, foram realizadas campanhas de registo civil e atribuição de BI no município do Balombo e na Povoação do Chamume.

Foram realizados nessas acções, 2.957 registos, em apenas dois dias, e emitidos 563 Bilhetes de Identidade. A actividade contou com a presença da Vice-Governadora Provincial de Benguela.

DENUNCIE

No âmbito do programa de Combate à Corrupção, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos criou um contacto e um portal de denúncias.

OS NOSSOS VALORES

TRANSPARÊNCIA - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

LEALDADE - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

RIGOR - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao expontaneísmo, ao empirismo e à falta de brio profissional.